

BREVIÁRIO: A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO DO CASO E SUAS REPERCUSSÕES NO PROCESSO CIVIL

BRIEF NOTES: BUILDING THE MEANING OF THE CASE AND EFFECTS ON CIVIL PROCEDURE

Ricardo Tinoco de Góes*

RESUMO: Com advento das novas teorias que informam a hermenêutica jurídica passou-se a reconhecer que não só as normas de Direito Material, mas também as de natureza processual podem e devem contribuir para a consecução da denominada justiça do caso. Neste sentido, busca-se conferir ao processo uma base consensual que favorece substancialmente a construção do significado de cada caso concreto. O consenso, neste sentido, não se centra sobre o próprio objeto do conflito, mas sobre as questões que, inseridas na lide, servirão de base para a formação do convencimento judicial. Esta base consensual favorece ao reconhecimento da própria legitimidade da decisão judicial que se seguirá após a realização do processo hermenêutico, conferindo, decerto, um maior grau de satisfação a todos aqueles que são participantes efetivos da dinâmica processual.

Palavras-chave: Processo. Hermenêutica. Sentido e Significado do Caso. Interpretação Construtivista. Modelo Dialógico e Intersubjetivo. Consenso. Legitimidade da Decisão Judicial

ABSTRACT: With the advent of new theories that inform the legal interpretation it's been recognized that not only the rules of substantive law but also procedural can and should contribute to achieve the so-called justice of the case. In this sense, we try to give the process a consensus basis that substantially favors the construction of the meaning of each case. The consensus in this sense does not focus on the very subject of the conflict, but the questions inserted into the deal would provide the basis for the formation of a judicial conviction. This basic consensus favoring recognition of the very legitimacy of judicial decision that will follow after the completion of the hermeneutic process, provides, of course, a higher degree of satisfaction to those who are effective participants in the procedural history.

Keywords: Process. Hermeneutics. Meaning and Significance of the Case. Constructivist Interpretation. Dialogic and Intersubjective model. Consensus. Legitimacy of Judicial Decision.

* Mestre em Direito Público pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Norte – UFRN. Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN e Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Juiz de Direito no Rio Grande do Norte. Natal – Rio Grande do Norte – Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Muito se tem especulado sobre a verdadeira destinação do processo na sociedade pós-moderna. Vencidas as etapas da autonomia científica e do seu propósito instrumentalista, novas reflexões são estabelecidas em torno do fenômeno processual. Intenta-se direcionar esse estudo para o plano valorativo, fundamental quando se está a tratar de um instrumento que se devota à composição de conflitos.

A pergunta é: até que ponto o processo, como complexo de atos destinados à provisão da tutela jurisdicional do Estado, por si só, pode e deve concorrer para que se promova a composição dos conflitos de maneira verdadeiramente justa?

Essa indagação é de todo pertinente, porque tradicionalmente a *justiça do caso* sempre foi tratada como um fim a ser construído pela interpretação das normas de Direito Material, sendo as regras processuais meras coadjuvantes dessa tarefa. Apenas no respeito à preservação das chamadas garantias constitucionais do processo é que se tinha a participação dessas regras para o estabelecimento das condições básicas à prolação de uma decisão justa.

Nesse sentido, concorriam as normas de respeito ao contraditório e à ampla defesa, consectários do *due process of law*, assim como toda a principiologia do denominado Direito Constitucional Processual, com a inserção dos paradigmas do processo isonômico, acessível, paritário e econômico.

Mas, a par disso, descortina-se na atualidade, outra vertente de contribuição do processo para o alcance das decisões justas. Trata-se do questionamento acerca da verdadeira participação substancial do juiz e das partes para a construção do que a doutrina especializada chama de *significado do caso concreto*.

Assim, o caso dito concreto é algo percebido pelo juiz, sem que a este se imponha um sentido unívoco para essa realidade percebida. Este sentido, de sua vez, não é preexistente, pré-estabelecido. Ele é construído, isto é, um construto do juiz e das partes nessa dimensão intersubjetiva de que se ocupa o processo.

Essa nova forma de enxergar a participação das normas processuais, bem assim as próprias atividades desempenhadas pelo juiz e pelas partes confere ao processo uma nova importância no campo da composição dos conflitos de interesses.

Ele passa a contribuir, efetivamente, para que se alcance aquilo que de há muito tornou-se promessa dos processualistas e porque não dizer daqueles que, mesmo sem ostentarem a condição de pesquisadores do fenômeno processual, labutam

dia a dia por intermédio desse instrumento. Refiro-me, pois, à promessa de que o processo concorra para que se promova o *acesso à ordem jurídica justa*. É como, aliás, disse Francesco Carnellutti, ao referir-se à finalidade da jurisdição, quando fez uso da seguinte sentença: a jurisdição destina-se a obter a *justa composição da lide*.

2 SENTIDO E SIGNIFICADO

Tema de alta relevância é o que desponta do cotejamento entre os conceitos de *sentido* e de *significado* como perspectivas de assimilação da realidade em suas mais diversificadas formas de apresentação.

Ao Direito e mais precisamente ao Processo o tema é relevante porque traduz as diferentes formas de perceber-se a situação substancial posta aos olhos do intérprete, sendo este o responsável pela extração do *sentido* e do *significado* que essa situação pode assumir, consoante o contexto jurídico-normativo e as ambiências social, econômica, cultural e histórica em que ela se encontra inserida.

De primeiro, fale-se que o *sentido* é obtido a partir do objeto que é dado, que é posto. Trata-se da especial maneira de perceber-se o fenômeno em si (a coisa em si ou *phae + noumenon*). Implica na percepção que o sujeito detém sobre o evento que lhe é apresentado, daí ser dedutivo, expressando-se em sua realidade noumenal. É o fato com a mínima carga de subjetividade.

Depois, diga-se que o *significado* é a zona mais precisa do sentido percebido.¹ É a repercussão que esse sentido tem no plano intersubjetivo. É aquilo que para mim (ou, mais precisamente, para nós) significa, importa, repercute e afeta. O significado colore o sentido das coisas, qualifica-as, adjetivando-as numa dimensão valorativa que, para o Direito, é essencial. Não se compraz com a idéia da coisa ensimesmada. É, aliás, o seu significante. Nele a coisa não mais simplesmente *é*, mas prioritariamente *é (sollen)* o que *deve ser (daisen)*

Para o Direito Processual Civil a importância do *sentido* e do *significado* dos casos concretos se sobreleva a partir da sua própria teleologia, isto porque é finalidade desse ramo do Direito Positivo a regulação de instrumentos capazes de prover a missão jurisdicional do Estado, no afã de fazer valer o seu fim (*telos*), qual seja o de dizer o *direito ao caso concreto*, a fim de *pôr fim* aos conflitos de interesses levados ao seu conhecimento e poder de decisão.

1 Mediação Semiótica em Vygotski. Disponível em: <http://<www.inf.ufsc.br>>.

Mas é daí que advém o ponto alto de reflexão para este trabalho: até que ponto essa solução ao caso concreto advém de instrumentos realmente dotados de legitimidade? E mais: não será o significado do caso concreto o fio condutor para que se alcance a verdadeira legitimidade das decisões judiciais?

É sobre essas indagações que me dedicarei em passos seguintes.

3 A INTERPRETAÇÃO E O SIGNIFICADO DO CASO CONCRETO

Não é de hoje que se sabe da importância da Teoria da Interpretação para o fenômeno jurídico. A par da experiência modernista, surgida em pleno século XIX, que impunha ao intérprete uma postura de verdadeira submissão ao enquadramento normativo, vive-se na atualidade o reflexo de inúmeras outras vertentes do pensamento filosófico que procuraram ora relativizar, ora reconstruir a própria temática em torno da Hermenêutica Jurídica.

Hoje já se aceita, com grande repercussão no mundo acadêmico, de que o exercício da atividade interpretativa encontra-se diretamente relacionado à adequada interpretação que se faça sobre o caso concreto.

São os contornos fáticos do caso que guiarão o intérprete, em um primeiro momento, a posicionar-se frente ao ordenamento jurídico, eliminando as hipóteses que não guardem quaisquer relações com a situação concreta, objetivamente configurada e relacionando aquelas que, do contrário, mostrem-se abstratamente afinadas com a situação vicejada.

Disso resulta a importância da condição humana no ato de interpretar. Diz-se condição humana o complexo de situações vividas pelo homem, inserido que está no chamado mundo circundante (mundo da vida). Interpretar é também interpretar a si mesmo, ingressando e reingressando na experiência mundana, metaforicamente falando, de modo a permitir o natural envolvimento do homem (intérprete) com a realidade interpretada, segundo uma linguagem que os unifica em toda a sua plenitude.

4 PERSPECTIVA SUBSTANCIAL DO FENÔMENO PROCESSUAL

O fenômeno processual de há muito já não mais é estudado pela perspectiva unicamente formal. Ou seja: não se alude mais ao processo como se conside-

rado fosse, exclusivamente, como um complexo de atos tendentes à realização da prestação jurisdicional, segundo um dado procedimento.

O processo é também e principalmente visto sob uma perspectiva substancial.² Ele influencia decisivamente para que se obtenha essa ou aquela espécie de tutela e essa ou aquela carga de eficácia no tocante ao tipo de proteção que se objetive em relação aos direitos subjetivos postos à sua mercê.

Não é à toa que as atuais obras em Direito Processual Civil, por exemplo, evocam o estudo desse fenômeno pela óptica do tipo de tutela almejada³, exatamente para pôr em evidência que o ponto central que se deseja ressaltar não é a dimensão formal do fenômeno, mas o especial modo dele influir sobre a realidade multifacetada dos conflitos de interesses levados ao conhecimento do Poder Judiciário.

Esse novo modo de enxergar o processo tem direta relação com o significado que os processualistas e mais ainda os sujeitos do processo (juiz e partes) passam a conferir ao próprio tipo de conflito que se põe aos seus debates.

Foge-se do modelo subsuntivo, pelo qual se apregoava que o fato significaria, unicamente, uma realidade concreta destituída de carga subjetiva, amorfa e considerada estaticamente, para um modelo de interpretação em que, tanto o fato como a norma são dispostos em um mesmo universo hermenêutico, universo este que é presidido pela linguagem e pelas técnicas de argumentação.⁴

O fato, assim, não é mais dado, entregue, assim percebido e aceito passivamente pelo intérprete. O fato é mais um elemento da sua cognição e a sua percepção já é, como dissera Gadamer, resultado de uma pré-compreensão que se tem sobre ele e sobre a realidade que o circunda, a depender da tradição carregada subjetivamente pelo sujeito cognoscente (intérprete).⁵

Há, portanto, em mira uma atividade de claro construto intelectual. Substitui-se o modelo solipsista do positivismo jurídico e passa-se a compreender que as conclusões que se extraem do exame do caso são todas, diretamente, depen-

2 Trata-se de uma dimensão que relativiza o denominado binômio direito-processo, servindo para demonstrar que as regras processuais podem influenciar diretamente no destino a ser dado à causa, especialmente quando se predispõem a outorgar o tipo de tutela que represente, diretamente, a concessão do bem jurídico a que faz jus o seu titular.

3 Fala-se, portanto, na esteira da doutrina professada por Luiz Guilherme Marinoni, em diversas espécies de tutelas, dentre essas a saber: tutela reintegratória, tutela ressarcitória na forma específica, tutela preventiva executiva e tutela inibitória.

4 STRECK, Lenio Luiz. Fundamental a contribuição do autor, quando assegura que a hermenêutica jurídica deve dedicar-se à apreensão da realidade mediada pela linguagem.

5 GADAMER, Hans-George. **Hermenêutica em Retrospectiva: A virada hermenêutica** Tradução de Marco Antônio Casanova, São Paulo: Vozes, 2002. v.2.

dentes de uma prática intersubjetiva.

Mais que isso: os sujeitos processuais percebem o fato e promovem a sua interpretação conjuntamente à exegese que se realize sobre a norma. Fato e norma interpretados conjuntamente, através de técnicas argumentativas capazes de alcançar um consenso⁶, isto é, um estágio tal em que as premissas sobre as quais se tome a realidade fenomenológica ou jurídica não sejam postas em dúvida.

5 O SIGNIFICADO DO CASO E SUA DIMENSÃO INTERSUBJETIVA APURADA NO PROCESSO

Com a exposição concernente aos tópicos anteriores, é possível, de logo, extrair-se um rol de parciais conclusões.

Primeiramente, é de sustentar-se definitivamente que *o significado do caso concreto é fruto de uma atividade interpretativa que toma em mira não só a interpretação da norma, mas substancialmente a interpretação dos fatos*.

Em segundo lugar, essa interpretação considera o sujeito numa relação com o objeto interpretado, sem os pudores de uma visão arraigada à busca de um sentido preestabelecido, isto é, *trata-se de uma interpretação voltada à construção de um significado e não à tomada de um sentido intuitivamente preconcebido*.

Em terceiro lugar, esse construto não se baseia mais na dimensão subjetiva do intérprete. Não é a ele que se outorga, com exclusividade, a construção desse significado. *Inversamente, esse construto decorre de uma prática intersubjetiva, devotada ao estabelecimento de um consenso em torno das premissas estabelecidas para a formação do significado do caso*.

Resta-nos agora relacionar essa tarefa de pura hermenêutica jurídica à tarefa que os sujeitos processuais desempenham no processo. Ou seja: cumprir-nos demonstrar que o processo é o campo fértil para que essa atividade prospectiva, de cunho construtivista, de fato aconteça. Para tanto, diga-se que a relação processual outorga tanto ao juiz como às partes às condições básicas para que essa interpretação do caso concreto, tendo como ponto de partida o exame analítico dos fatos, ocorra intersubjetivamente.

Quando assim se professa o tema, é porque se tem em conta as inúmeras situações de debate promovidas pelo processo, as quais permitem a construção

6 A consideração de que o *consenso* é fonte para alcançar-se a legitimidade ganha relevo na obra de Jürgen Habermas, especialmente como suporte às teorias do discurso e da ação comunicativa.

de significados para os fatos que são fundamentais para o deslinde do *thema decidendum*. As formas procedimentais se assentam nessa dimensão subjetiva, a partir principalmente da informação constitucional que se cristaliza na maximização dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Nessa toada, tem-se que correspondente à oportunidade de manifestação de uma das partes existirá sempre uma visão interpretativa que se passa a lançar nos autos com a subsequente manifestação da parte adversa e a síntese interpretativa obtida pelo exame equidistante do juiz. Vê-se que há um nítido envolvimento entre todos esses sujeitos, que vinculados estão a um mesmo universo fenomenológico e a um mesmo *medium* lingüístico estabelecido pelo sistema normativo processual.⁷

Disso se tem que a interpretação prevalecente é aquela que decorrerá dessa dimensão co-participativa e intersubjetiva. Ela resultará do entrechoque de posições ora convergentes, ora antagônicas firmadas em torno do mesmo fenômeno, segundo a incidência de princípios e regras jurídicas.

Concorrem como facilitadoras dessa atividade, algumas normas específicas extraídas, por exemplo, do tratamento jurídico-normativo aplicável ao processo e ao procedimento.

Diga-se, por exemplo, da fase de especificação de provas, cuja ultimização vem a ocorrer na audiência preliminar. Ora, enquanto autor e réu dedicam-se a especificar as provas em suas peças, inicial e contestatória, na audiência, de sua vez, esses sujeitos processuais debaterão acerca dos meios de prova antes especificados e o farão com o juiz que, por igual, participará dessa mesma dimensão dialógica e discursiva.⁸ Desse modo, os contornos factuais do caso concreto novamente desabrocharão, até que se estabeleça um consenso acerca dos pontos que, no final, merecerão enfrentamento em sede decisória.

Aquela primeira impressão obtida pelo juiz reavivada será quando do cotejo das alegações prefaciais e defensivas, além da argumentação articulada, de parte a parte, no desenrolar da audiência. Os que falam, ouvirão também e desse diálogo ressairá uma compreensão sobre o fato que se não é consensual quanto ao seu núcleo (justiça ou injustiça, legalidade ou ilegalidade da pretensão), é consensual sim, relativamente às bases que servem à compreensão do que *significa* o caso concreto.

Ou seja: *se o processo não pode promover o consenso entre as partes em torno do*

7 É importante que esse universo fenomenológico seja hipostasiado pelas regras processuais. Quer dizer: uma abertura permitida pelo próprio sistema, a fim de captar o que ocorre no mundo lá fora.

8 São dimensões inevitáveis à promoção de uma base de legitimação para a decisão judicial.

objeto litigioso sobre o qual elas conflitam, pode perfeitamente servir de base à formulação de um consenso sobre o que significa o caso que será julgado, disso resultando a base de legitimidade que se assegurará à decisão judicial.

Buscando-se dizer de maneira ainda melhor: as regras e os princípios processuais, aplicáveis ao processo propriamente dito e ao procedimento são decisivos para que se construa, intersubjetiva e consensualmente, o significado de cada caso concreto. E será essa atuação pluralista de escopo construtivista fundamental para que se promova uma prestação jurisdicional realmente justa, pois *a justiça do caso concreto é a justiça que se alcança mediante o consenso em torno do significado desse mesmo caso.*

O não estabelecimento de uma base consensual na construção do significado do caso fará da decisão judicial, momento último destinado à prestação jurisdicional, um ato extremo, arbitrário, unilateral e carente de legitimidade.

Daí que ao tentarmos responder à primeira indagação, formulada ainda no primeiro item desse trabalho e assim dita: *até que ponto o processo, como complexo de atos destinados à provisão da tutela jurisdicional do Estado, por si só, pode e deve concorrer para que se promova a composição do conflito de maneira verdadeiramente justa?* Podemos dizer que o processo concorre para a justa composição do conflito se e na medida em que *sirva de lugar comum para a construção de um significado para o caso concreto, obtido pelo consenso entre aqueles que figuram na relação processual como seus partícipes.*

6 A IMPORTÂNCIA DE UMA HERMENÊUTICA FUNDADA NA LINGUAGEM PARA A CONSTRUÇÃO DO SIGNIFICADO DO CASO

O consenso, consistindo em um *pressuposto* para a tentativa de estabelecer bases fidedignas para a construção do significado do caso, só pode ser, de seu turno, concebido se os partícipes dessa relação jurídica se deixarem envolver pela dimensão discursiva inerente à linguagem.

A linguagem é o *medium* para o estabelecimento da consensualidade e esta é a base para a fixação do significado da lide. Ela permite a aproximação dos que, apenas mediatamente, encontram-se em pólos antagônicos e estimula o exercício de técnicas interpretativas que sugerem a *construção do significado do caso*, em detrimento da já superada *decodificação do sentido*, própria de uma hermenêutica

solipsista, de fundo individualista e comprometida, apenas, com a consciência.

A linguagem, assim, não está para o processo como mero instrumento de consecução das formas processuais. Ela é o próprio universo onde se desenvolve o processo e, a partir dela, é que se consegue extrair tudo o que de valorativo possa o processo expressar para as partes e para o mundo da vida.

Por isso que as formas procedimentais tradicionais estão sendo revisitadas, de sorte a que se promova a otimização dos ritos com vistas à provisão de tutelas diferenciadas, não só no plano da formalidade, consoante já se fizera com a especialização dos procedimentos de jurisdição contenciosa e voluntária, mas prioritariamente na substância com que possa contribuir para a coincidência entre o que o processo pode propiciar, no nível de uma verdadeira tutela de direitos, e aquilo que o jurisdicionado, como seu legítimo destinatário, dele verdadeiramente espera.

Retomam-se as formas procedimentais para que se viabilize o diálogo entre as partes e o juiz, segundo um procedimento que não só se destina ao alcance da fase decisória, assim denominada para designar a etapa de julgamento. Retomam-se tais formas para que nelas se insira um *diálogo*, conducente ao estabelecimento de um *consenso*, mediante uma *interpretação intersubjetiva das normas e dos fatos*, a fim de permitir a *construção do significado do caso*, sobre o qual incidirá a *tutela jurisdicional do Estado*, que não só visará a extinção formal do processo, mas fundamentalmente a *justa composição do litígio*.

Eis, em um só e último parágrafo, a síntese do pensamento que deu origem ao presente escrito. Aqui se evidencia a preocupação de demonstrar que não só as normas de direito material são fundamentais para a identificação do significado dos casos concretos. Cuida-se de demonstrar que o arcabouço normativo do processo pode também servir a esse fim, mais ainda quando se propuser a incidir para além daquela mera identificação, dedicando-se mesmo à construção do significado que cada caso, cada litígio, assim tido como um dado objetivo e irrepetível assume em razão de um consenso estabelecido entre as partes.

O significado do caso é um construto. Ele deve resultar de uma hermenêutica que parta da consensualidade em torno das premissas fáticas de cada litígio, sempre pautada segundo as regras não só de Direito Material, mas também de Direito Processual. Esta é, a título de preliminar epistemológica, a contribuição que, com toda brevidade, pode ser extraída do presente escrito.

REFERÊNCIAS

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. **Direito e Processo: Influência do Direito Material sobre o Processo**. São Paulo: Malheiros, 2001.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **Nova Era do Processo Civil**. São Paulo: Malheiros, 2004.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Instrumentalidade do Processo**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

GADAMER, Hans-George. **Hermenêutica em Retrospectiva: a Virada Hermenêutica**. Tradução de Marco Antônio Casanova. Petrópolis: Vozes, 2002. v.2.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre faticidade e validade**. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002. v.1.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Técnica Processual e Tutela dos Direitos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica Jurídica e(m) Crise**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

Correspondência | Correspondence:

Ricardo Tinôco de Goes

Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte – ESMARN, Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 1000, Candelária, CEP 59.065-555. Natal, RN, Brasil.

Fone: (84) 3215-1855.

Email: ricardotinoco@tjrn.jus.br